

NOS CONTRAFORTES DOS ANDES: *reflexões geográficas sobre a cartografia do Brasil setecentista*

Prof. Dr. João Carlos Garcia
Universidade de Lisboa
garciajcs@hotmail.com

RESUMO

No presente trabalho pretende-se arrolar algumas ideias de conjunto sobre a Cartografia do século XVIII referente ao Brasil, segundo uma leitura geográfica. O universo refere-se a três coleções portuguesas: uma particular - a Casa da Índia -, e duas públicas - a Biblioteca Nacional, em Lisboa, e a Biblioteca Pública Municipal do Porto -, com os problemas inerentes às características de cada uma, como a proveniência diversa, o âmbito cronológico distinto, a variação das escalas ou os aspectos temáticos de cada peça.

Palavras chave: cartografia antiga, Brasil setecentista.

ABSTRACT

In this work I have sought to provide an outline of Brazilian eighteenth-century cartography in a geographical reading. Three collections have been studied: a private one called "A casa da Índia", and two public ones (the National Library at Lisbon and the Public Municipal Library at Porto, as well as issues concerning each one's characteristics, as diverse origin, different chronological scope, variation of scales or thematic aspects each piece.

Key words: early cartography, eighteenth-century Brazil.

Introdução

É essa gente que ia dar a volta, ver o que é que havia do lado de lá, pois que, logo no século XVIII, tem o Brasil bastante bem levantado topograficamente e, sobretudo, para o lado a que não tinham direito, porque estas coisas do manhoso camponês português pôr de noite um marco na terra do vizinho, isso se fez no Brasil em grande escala. Tordesilhas limitava o Brasil e os nossos amigos foram pôr a pedra de limite nos contrafortes dos Andes, o que não foi pequena proeza.

Agostinho da Silva

Na História da Cartografia Portuguesa, o século XVIII é o tempo dos mapas do Brasil, porque esse é o tempo do Brasil na História de Portugal¹. Quando Armando Cortesão e A. Teixeira da Mota planearam os *Portugaliae Monumenta Cartographica*, durante os anos 50, desde logo balizaram o fim da recolha de fontes pelo final da centúria de Seiscentos. Havia fortes razões para tal decisão: a suposta decadência da produção cartográfica portuguesa e o incremento, em quantidade e qualidade, da cartografia estrangeira, em particular a impressa, que não existia em Portugal.

Porém, a razão de fundo passava, uma vez mais, como já acontecera com o Visconde de Santarém, pela preocupação de provar (e ilustrar), também pela defendida originalidade da Cartografia, o ciclo da Expansão Ultramarina Portuguesa, dos séculos XV a XVII. Aliás, a cartografia terrestre contemporânea sobre o Portugal (dito) continental, não foi objecto de particular atenção, como os próprios autores explicaram. É um facto que Teixeira da Mota prometera estudar essa matéria e sabemos que à data do seu falecimento, o trabalho se encontrava adiantado, abarcando mesmo os cartógrafos do século XVIII.

Mas, os mapas do Brasil tinham um especialista, o historiador Jaime Cortesão, que estabelecera uma sólida e particular leitura das fontes, sob uma forte cobertura ideológica. A primeira inventariação e leitura desse universo foi feita e, deste modo, se conheceu e divulgou essa importantíssima etapa da História da Ciência em Portugal. A Cartografia portuguesa sobre o Brasil setecentista teve desde então o seu autor e as suas obras de referência.

Idéias Sobre a Cartografia no Brasil setecentista

O objectivo deste texto é arrolar algumas ideias de conjunto sobre a Cartografia do século XVIII referente ao Brasil, segundo uma leitura geográfica. Não é o contexto histórico que nos interessa em particular, pois ele encontra-se já suficientemente estudado, embora o mapa ocupe muitas vezes e tão só o lugar de ilustração.

O universo do qual partimos é o existente em três colecções portuguesas: uma particular - a Casa da Ínsua -, e duas públicas - a Biblioteca Nacional, em Lisboa, e a Biblioteca Pública Municipal do Porto -, com os problemas inerentes às características de cada uma, como a proveniência diversa, o âmbito cronológico distinto, a variação das escalas ou os aspectos temáticos de cada peça.

Os mapas da Casa da Ínsua representam uma paradigmática colecção reunida maioritariamente por um único proprietário, com altos cargos na administração de um determinado espaço colonial e num preciso período de tempo.

A Área de Cartografia da Biblioteca Nacional conserva um conjunto completamente diverso. São quase só os mapas impressos do Brasil, em folhas soltas ou insertos em atlas, chegados pela incorporação das livrarias de extintas ordens religiosas ou instituições do Estado, mas também por compra ou doação. Uma colecção mais restrita de material semelhante, onde preponderam mapas incluídos em obras científicas e de divulgação, conserva-se na Área de Reservados. Aí estão também alguns exemplares manuscritos anexos a documentação diversa ou encadernados em códices de colecções particulares. Finalmente, o conjunto de cartas manuscritas respeitantes ao Brasil, em reduzido número para a importância da instituição, estão depositadas na Área de Iconografia, por terem sido consideradas “desenhos”.

No caso do núcleo da Biblioteca Pública Municipal do Porto, ele tem características semelhantes aos dois anteriormente comentados: por um lado, o principal contributo vem da incorporação de uma livraria particular com aspectos próximos da da Ínsua - a dos Viscondes de Balsemão - e, por outro, recebeu também bibliotecas de diversas instituições, onde o espírito das Luzes estava bastante presente.

Muitos outros acervos cartográficos existem onde os mapas referentes àqueles espaços da América do Sul se concentram, em Portugal e no Brasil, mas também em Paris, em Londres ou em Roma. Daí recordarmos que as nossas provisórias conclusões se baseiam apenas numa primeira análise dos exemplares consultados, na sua observação e na sua comparação.

Mapas Elaborados Sobre o Brasil do século XVIII

Conhecemos hoje centenas de mapas elaborados pelos cartógrafos portugueses sobre o Brasil do século XVIII. Com raríssimas excepções são todos manuscritos, a preto e branco ou aguarelados, predominando as escalas regionais, locais e urbanas. A maioria são esteticamente atractivos, porque coloridos e com rica iconografia mas, esse facto é a prova sobre os verdadeiros motivos da sua elaboração e da sua conservação: uma imagem de luxo para oferecer, para convencer, para glorificar um homem, um momento, uma ideia. Sobreviveram muitos exemplos de mapa final “passado a limpo” e, infelizmente, poucos representativos dos passos intermédios do processo de produção cartográfica.

Atendendo às vicissitudes da História política luso-brasileira não será difícil estabelecer uma tipologia com base no universo compulsado: os mapas diplomáticos, os administrativos, os itinerários, os missionários, os militares, os hidrográficos, os referentes à exploração económica do território, as plantas urbanas e as plantas de edifícios civis, religiosos ou militares. Todos podem ser fonte de todos, que é dizer, cada carta é construída de raiz ou copiada ou adaptada, multiplicando-se as hipóteses, se cruzarmos aquelas possibilidades com o universo dos mapas impressos estrangeiros.

A imagem cartográfica que se elabora num determinado momento visa um objectivo; daí a sua possível classificação tipológica. Porém, para compreendermos essa imagem há que compará-la com o maior número de mapas contemporâneos, mas também de datas anteriores, portuguesas e estrangeiras, manuscritos e impressos, de diferentes escalas, respeitantes à mesma área ou região.

Espaços do Brasil Figurados Cartograficamente

Consideremos agora os espaços do Brasil mais figurados cartograficamente, numa relação directa com as escalas geográficas. Entre os mapas manuscritos portugueses, poucas são as imagens de conjunto, mesmo enquadradas na América do Sul. Como referimos, eles são mapas regionais, locais e urbanos, directamente relacionados com o reconhecimento de novas áreas do interior, com o povoamento e a administração do território, com aspectos económicos ou de transportes (minas, fazendas, portos), ou com o planeamento e a reestruturação das cidades e povoações.

Os mapas elaborados abarcam em particular o litoral, mas também o interior. Naturalmente, eles figuram mais repetidamente e com maior detalhe, as áreas onde é mais intensa a colonização portuguesa, ou onde se pretende que o seja, como as vastas faixas fronteiriças, para Oeste e para Sul. Em todos estes casos, as escalas serão mais diversificadas e será mais fácil encontrarmos grandes escalas, com uma notável minúcia de desenho.

No caso dos mapas estrangeiros impressos, as imagens do Brasil são outras e essas são as conhecidas de um vasto público europeu. Muitos são os Brasis no seu conjunto ou no quadro continental. Muitas são também as cartas que figuram ou a metade Norte ou a metade Sul da América do Sul. Uma maior sub-divisão do continente já não é tão frequente mas, nesse caso, na sequência do Perú ou do Chile, podemos ter o País das Amazonas ou o Rio da Prata, que engloba além da Argentina, do Uruguai e do Paraguai, todo o Sul do Brasil.

Ampliando a escala e com um importante contributo por parte da cartografia náutica, encontramos as cartas que figuram largos troços de litoral, dentro da tradição dos atlas portugueses manuscritos do século anterior, agora com informação do interior. Mas, com médias e grandes escalas, são raríssimos os exemplares cartográficos estrangeiros sobre o interior do Brasil. As razões deste facto ligar-se-ão por um lado, ao sigilo que o Estado português sempre procurou manter e, por outro, ao interesse relativamente escasso dessas áreas para o público europeu.

A ideia que temos hoje de um mapa isolado, advém quase sempre do desmembramento dessa peça do conjunto onde estava inserida. Raros são os mapas soltos, manuscritos ou impressos. A carta parietal, com particulares normas de construção, mas como exemplo de caso autónomo, representa uma minoria no universo existente. A facilidade com que se detectam em catálogos ou estudos, a referência a mapas sem a mínima contextualização, só pode ser explicada pela falta de conhecimento, ou pela extrema dificuldade de resolução de muitos dos problemas que se levantam para uma correcta e completa descrição documental.

Os mapas manuscritos poderiam fazer parte de um relatório de um governador, de uma missiva de um embaixador, do reconhecimento de um mineiro, de uma carta de missionário, de um plano de um general, do projecto de um arquitecto ou do diário de um explorador. Eles podem formar conjuntos sobre a delimitação de uma fronteira, sobre o planeamento urbano de um vasta região a colonizar, sobre a fortificação de uma baía, sobre o reconhecimento de um rio, sobre as características hidrográficas de um litoral ou sobre os diferentes pisos de um palácio.

Os mapas manuscritos portugueses sobre o Brasil, serviram muitas vezes como fontes, na elaboração de cartas estrangeiras impressas, como acontecia desde o século XVI. A sua obtenção pelos cartógrafos ou editores do Norte da Europa podia ser por encomenda dos próprios portugueses, ou pelos canais mais ou menos oficiais da compra e venda, da diplomacia e da espionagem. A presença de muitos estrangeiros nas equipas portuguesas de levantamentos topográficos, possibilitou em numerosas ocasiões, o intercâmbio de informação. O aproveitamento e reaproveitamento das imagens sempre dependeu do público a quem se destinavam e que podia ser, naturalmente, o próprio público português.

Na ausência quase completa de impressores de mapas em Portugal, durante o século XVIII, as imagens geográficas que circulavam entre a elite política e intelectual, no País, eram na esmagadora maioria dos casos, cartas impressas e importadas do estrangeiro, que assim estabeleciam “modelos”, sobre os quais se poderia discutir acaloradamente.

Hoje essas cartas impressas depositadas em arquivos e bibliotecas são maioritariamente folhas de

atlas ou de colectâneas de mapas, de onde foram desanexadas, em algum momento e por motivos diversos. Mas, a sua proveniência também pode ser uma descrição geográfica, uma enciclopédia, o relato de uma viagem ou, mesmo, uma obra de historiografia. Qualquer mapa impresso pode ter estas proveniências ou encontrar-se ainda inserto nos respectivos volumes. A completa descrição do espécime, como referimos, não é fácil, mas revela-se imprescindível para a correcta atribuição da autoria, da datação e, particularmente, para uma mais segura análise do seu conteúdo.

Considerações finais

A História da Cartografia Brasileira em Portugal, continua a passar pelo completo e correcto primeiro passo do processo de estudo: a inventariação dos mapas existentes no Arquivo Histórico Ultramarino, na Biblioteca do Palácio da Ajuda, no Gabinete de Estudos Históricos de Fortificação e Obras Militares, nos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, na Biblioteca Pública de Évora, na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, nas Bibliotecas das Casas de Cadaval e de Palmela e tantos outros locais. Só depois será possível termos a verdadeira dimensão, em quantidade e qualidade, do universo existente e decidir das hipóteses de trabalho, segundo tipos de mapas, em torno de grandes áreas geográficas ou apenas de cidades específicas, seleccionando um período bem determinado, isolando um cartógrafo, um gravador, um editor ou uma livraria institucional ou particular cujas obras se encontravam dispersas.

Estranhamente muitos autores partem do mapa “antigo”, como um documento único, isolado, correcto, preciso, que representa a “realidade geográfica, tal como ela era”, no preciso momento da sua conclusão. Recordando que o mapa é um documento gráfico, como qualquer outro, bastará atentar nas normas básicas da crítica de fontes, para concluirmos que aspectos tão básicos como a datação ou a autoria, podem não ser as inscritas na folha de papel. Sobre a “realidade geográfica” figurada no mapa, se ela ainda hoje é e será, aquilo que o cartógrafo quer que seja ou aquilo que lhe foi pedido ou exigido que fosse, deveremos acautelar as nossas conclusões.

O que não parece conveniente continuar a fazer é repetir o já repetido, com base em anacrónicas listas cronológicas, como se o avanço do conhecimento geográfico e cartográfico fosse linear e não feito de avanços e recuos, como se a difusão da informação fosse rápida, directa e universal, como se o objectivo e a intenção do autor ou editor fosse apenas divulgar a novidade. O que não parece conveniente continuar a fazer é aceitar sem qualquer crítica, leituras ideológicas de um nacionalismo desajustado, construídas com base em universos reduzidos, por falta de informação ou estratégia premeditada.

No caso da cartografia portuguesa respeitante ao Brasil será indispensável compará-la com a evolução e os exemplares das cartografias espanhola, francesa, holandesa, inglesa, italiana ou alemã. Tendo hoje à disposição infundáveis meios técnicos para a busca bibliográfica parece não ter mais sentido partir e terminar no mapa único e inédito. A grande descoberta é sempre relativa se a quisermos e soubermos comparar com os outros mapas coevos, se a quisermos pôr à prova perante a comunidade científica, que não é apenas a que se encontra mais próxima de nós. Cada mapa deverá ser visto à luz da evolução da História da Ciência, com o contributo das leituras de matemáticos, de astrónomos e de topógrafos, de hidrógrafos, de engenheiros, de militares, de cartógrafos, de geógrafos, de arquitectos, de historiadores e de historiadores de arte. Só assim será possível avançar no conhecimento do mapa.

Bibliografia

De entre os diversos estudos e obras de referência que de algum modo referenciam os mapas das três colecções em análise, recordaríamos:

ADONIAS, Isa. **Mapas e Planos Manuscritos relativos ao Brasil Colonial: 1500-1822**, 2 vol. Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1960.

ADONIAS, Isa. **A Cartografia da Região Amazônica**: catálogo descritivo. Rio de Janeiro: Instituto Naci-

onal de Pesquisas da Amazônia, 1963.

ALLEN, João d'Almeida. **Catálogo de Geographia da Bibliotheca Publica Municipal do Porto**. Porto: Bibliotheca Publica Municipal do Porto, 1895.

BARRETO, Abeillard. **Bibliografia Sul-Riograndense: a contribuição portuguesa e estrangeira para o conhecimento e a integração do Rio Grande do Sul**, 2 vol. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Cultura, 1973-1976.

BASTO, A. de Magalhães (coord.). **Catálogo dos Manuscritos Ultramarinos da Biblioteca Pública Municipal do Pôrto**. Lisboa: s.n., 1938.

BOSCHI, Caio César. **Fontes Primárias para a História de Minas Gerais em Portugal**. Belo Horizonte: Conselho Estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.

CABRAL, Luís; MEIRELES, Maria Adelaide. **Tesouros da Biblioteca Pública Municipal do Porto**. Lisboa: Inapa, 1998.

CARVALHO, A. Aires de. **Catálogo da Coleção de Desenhos**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1977.

Cartografia, séculos XVI a XVIII. Exposição. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1983.

Catálogo da Bibliotheca Pública Municipal do Porto. Índice Preparatório do Catalogo dos Manuscritos, 2º fascículo, Mss. Chartaceos, 1ª secção - Geographicos. Porto: Bibliotheca Pública Municipal do Porto, 1886.

Catálogo da Livraria Duarte de Sousa, 2 vol. Lisboa: Secretaria de Estado da Informação e Turismo, 1972-1974.

CORTESÃO, Jaime. **Alexandre de Gusmão e o Tratado de Madrid**, 9 vol. Rio de Janeiro: Instituto Rio Branco, 1950-1963.

CORTESÃO, Jaime. **História do Brasil nos Velhos Mapas**, 2 vol. Rio de Janeiro: Ministério das Relações Exteriores, 1971.

Exposição Henriquina. Bibliografia. Cartografia. Iconografia. Porto: Biblioteca Pública Municipal, 1960.

FITZLER, M.A. Hedwig. **A Secção Ultramarina da Biblioteca Nacional: Inventário**. Lisboa: Oficinas Gerais da Biblioteca Nacional, 1928.

GUEDES, Max Justo. **A Cartografia do Brasil, 1502-1798: reflexos do nascimento e evolução da Cartografia Portuguesa**. Lisboa: Biblioteca Nacional, 1998 (policopiado).

Inventário dos Manuscritos. Secção XIII - Collecção Pombalina. Lisboa, Biblioteca Nacional, 1891.

MAGALHÃES, J. Romero; GARCIA, J.C.; FLORES, J. (coord.). **Cartografia e Diplomacia no Brasil do século XVIII**. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997.

PINA, Luís da Câmara (coord.). **A Engenharia Militar no Brasil e no Ultramar Português Antigo e Moderno. Exposição**. Lisboa: s.n. (Estado Maior do Exército), 1960.

SILVA, Maria da Graça Nolasco da (coord.) - *150 Desenhos da Colecção da Biblioteca Nacional de Lisboa. Exposição*, Lisboa, Biblioteca Nacional de Lisboa, 1978.

VASCONCELLOS, Ernesto de. **Exposição de Cartographia Nacional, 1903-1904. Catálogo**. Lisboa: Sociedade de Geographia de Lisboa, 1904.

VITERBO, Sousa. **Dicionário Histórico e Documental dos Arquitectos, Engenheiros e Construtores Portugueses**, 3 vol. Lisboa: Imprensa Nacional, 1899-1904.

VITERBO, Sousa. **Expedições Científico-Militares enviadas ao Brasil**, 2 vol. Lisboa: Edições Panorama, 1962-1964.

Sobre as colecções da Biblioteca Pública Municipal do Porto e da Biblioteca Nacional participámos já na preparação de quatro exposições, de que resultaram os seguintes catálogos: *A Pintura do Mundo, Geografia Portuguesa e Cartografia dos séculos XVI a XVIII*, coord. Luís Cabral, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1992; *As Américas, cartografia da independência (séculos XVIII-XIX)*, coord. Luís Cabral, Porto, Biblioteca Pública Municipal do Porto, 1999; *A Terra de Santa Cruz, viagens, descrições e mapas do séc. XVIII*, coord. Jorge Costa, Porto, Biblioteca Pública Municipal do

Porto, 2000 e *A Nova Lusitânia: imagens cartográficas do Brasil nas colecções da Biblioteca Nacional (1700-1822)*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2001. Sobre os mapas existentes na Casa da Ínsua (Penalva do Castelo, Viseu), coordenámos um catálogo intitulado: *A Mais Dilatada Vista do Mundo: inventário da colecção cartográfica da Casa da Ínsua*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.

Trabalho enviado em agosto de 2004

Trabalho aceito em dezembro de 2004